CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Aquisição de serviços de medicina do trabalho para o triénio 2022/2024

CPV: 85147000-1 - Serviços de medicina do trabalho

ÍNDICE

PARTE I – Cláusulas jurídicas

Cláusula 1.ª Objeto

Cláusula 2.ª Preço base

Cláusula 3.ª Contrato

Cláusula 4.ª Produção de efeitos e prazo de vigência do contrato

Cláusula 5.ª Obrigações principais do prestador de serviços

Cláusula 6.ª Objeto do dever de sigilo

Cláusula 7.ª Preço contratual

Cláusula 8.ª Condições de pagamento

Cláusula 9.ª Penalidades contratuais

Cláusula 10.ª Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 11.ª Modificações do contrato

Cláusula 12.ª Resolução por parte da entidade adjudicante

Cláusula 13.ª Resolução por parte do prestador de serviços

Cláusula 14.ª Seguros

Cláusula 15.ª Foro competente

Cláusula 16.ª Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 17.ª Contagem dos prazos

Cláusula 18.ª Legislação aplicável

PARTE II – Requisitos gerais e especificações técnicas

PARTE I – Cláusulas Jurídicas

Secção I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de serviços de medicina do trabalho para o triénio 2022/2024,** cujas características técnicas estão patentes na PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Preço base

O preço base do presente procedimento é de **52.500,46€** (cinquenta e dois mil e quinhentos euros e quarenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerado como parâmetro base do preço contratual, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, durante o seu período de vigência

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   c) O presente Caderno de Encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Produção de efeitos e prazo de vigência do contrato

O presente contrato produz efeitos desde a data de assinatura do contrato e mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2024, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de prestar os serviços identificados na sua proposta e de acordo com PARTE II – **Requisitos Gerais e Especificações Técnicas** do Caderno de Encargos.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral da Proteção de Dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais.

Cláusula 7.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. A não execução das quantidades previstas, no prazo definido para o presente contrato, independentemente da causa, não implica qualquer pagamento pela entidade adjudicante.
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 8.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega e validação das respetivas faturas as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação de serviços em causa, nos termos do previsto na PARTE II - **Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do presente caderno de encargos**.
3. As faturas em causa devem conter os elementos previstos no artigo 299.º-B, do Código dos Contratos Públicos, mencionando, igualmente para o efeito o número do procedimento de contratação, bem como o número de compromisso (requisição externa da despesa), e deverão ser emitidas em nome do Município de Fafe.
4. Nos termos do Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, até ao dia 31 de dezembro de 2020, os cocontratantes devem utilizar mecanismos de faturação previstos no artigo 299.ºB do Código dos Contratos Públicos, ou seja, as faturas devem, obrigatoriamente, ser remetidas eletronicamente, através do endereço de correio eletrónico fatura.eletronica@cm-fafe.pt, devendo o respetivo email conter, em anexo, um ficheiro PDF assinado e um ficheiro XML no formato UBL 2.1. (modelo CIUS-PT).

   i) Sendo obrigatório a partir de 30 de setembro de 2021, todas as faturas em XML e PDF enviadas por via eletrónica têm de passar a conter uma assinatura digital qualificada para serem consideradas legais, e cumpra as diretrizes do Despacho n.º 133/2021-XXII, relativo ao Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro.

   ii) Ou provisoriamente, ficheiro PDF enviadas por via eletrónica com assinatura digital qualificada para o endereço contabilidade@cm-fafe.pt, até que a Entidade Adjudicante avise que já não deverão optar por esta 2.ª vias.

iii) Ressalva-se que não deverão ser remetidas simultaneamente faturas pelas duas vias e não serão aceites faturas PDF sem assinatura digital qualificada.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de **transferência bancária**.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, e elementos deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 9.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Fafe pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: pelo incumprimento das datas e prazos de prestação dos serviços ou periodicidade de execução das tarefas objeto do contrato, até 5% do valor de adjudicação por cada dia de atraso.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Fafe pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 10% do valor de adjudicação.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Fafe tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Fafe pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Fafe exija uma indemnização pelos danos causados, bem como por quaisquer coimas ou outras sanções pecuniárias que lhe venham a ser aplicadas em virtude de incumprimentos do prestador de serviços.
6. O não cumprimento das cláusulas de execução do contrato, quando a sua gravidade o justifique pelos danos causados, poderá constituir fundamento para a sua resolução imediata, independentemente das sanções previstas na lei e de outros procedimentos legais que se julgue conveniente adotar.

Cláusula 10.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
   g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.ª

Modificações do contrato

O Município de Fafe poderá modificar unilateralmente o presente contrato, tendo por fundamento uma decisão/ orientação do Estado, em face da pandemia do COVID-19.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, quando haja atraso, total ou parcial, na prestação do serviço objeto do contrato superior a quatro dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos

que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, relativa à prestação de serviços.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 8 dias.

Cláusula 15.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª

Contagem dos prazos

À contagem de prazos relativos à formação e execução do contrato é aplicável, respetivamente, o disposto nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas

Aquisição de serviços de medicina do trabalho para o triénio 2022/2024

1. OBJETIVO

As presentes especificações técnicas têm por objetivo definir **a aquisição de serviços de Medicina do Trabalho para o triénio 2022/2024.**

O presente processo reveste o caráter de fornecimento contínuo dos serviços em referência até ao final do ano de 2024 e até ao valor limite de 52.500,88 € (isento de IVA), sendo a liquidação dos custos efetuada pelo preço unitário de cada exame médico realizado a trabalhadores da CMF.

2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os serviços a prestar à CMF assumem-se como complementares ao serviço próprio de higiene e segurança no trabalho existente na CMF, enquadrando-se na legislação específica aplicável, designadamente:

- Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação - aprova o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas;
- Lei nº 102/2009, de 10 de setembro,na sua atual redação- regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho.

3. ENQUADRAMENTO DO SERVIÇO

A unidade orgânica da Câmara Municipal de Fafe de enquadramento dos serviços de medicina do trabalho a prestar é a Divisão de Recursos Humanos.

4. REQUISITOS GERAIS DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS

A empresa adjudicatária dos serviços de saúde deverá encontrar-se credenciada para o efeito pela ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho e pela DGS – Direção Geral da Saúde, nos termos do disposto na legislação vigente.

5. ATIVIDADES A DESENVOLVER

5.1 Objetivos gerais

A prestação de serviços em causa, tem em vista a responsabilidade técnica da vigilância da saúde dos trabalhadores da CMF, visando avaliar as condições físicas e psíquicas dos mesmos, tendo em vista determinar a sua aptidão para o exercício das suas funções. A organização dos serviços de saúde do trabalho, compreende as atividades médicas no âmbito da medicina do trabalho assim como a organização e manutenção dos registos clínicos relativos a cada trabalhador.

5.2 Responsabilidades do adjudicatário

É da responsabilidade do adjudicatário gerir técnica e organizacionalmente as atividades enquadradas no âmbito da sua proposta, competindo-lhe obter e mobilizar os meios humanos que sejam necessários à execução das ações a desenvolver, em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos, devendo assegurar, pelo menos, as seguintes ações:

a) Caraterização da população trabalhadora da entidade adjudicante;

b) Organização dos processos clínicos, fichas clínicas e outros elementos informativos relativos ao histórico do trabalhador, em conformidade com os procedimentos e prazos previstos;

c) Vigilância da saúde dos trabalhadores, incluindo a realização de exames de saúde de admissão, periódicos e ocasionais:

i) Exames de admissão – antes do início da prestação de trabalho ou, se a urgência da admissão o justificar, nos 15 dias seguintes;

ii) Exames periódicos – anuais para os trabalhadores com idade superior a 50 anos, e de 2 em 2 anos para os restantes trabalhadores;

iii) Exames ocasionais – sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente.

d) Ficha de Aptidão – Emitir Ficha de Aptidão dos trabalhadores após o exame médico;

e) Exame complementar – Realizar exame complementar de diagnóstico de acordo com o risco associado à atividade desenvolvida:

-Espirometria;

-Exames audiométricos;

-Teste de acuidade visual;

-Eletrocardiograma.

f) Solicitar a realização de exames complementares de diagnóstico considerados necessários para o exercício da atividade profissional do trabalhador;

g) Promover a organização e a manutenção dos registos do Ficheiro Clínico;

h) Elaborar o Relatório Anual de Atividades, nos termos legais;

i) Assegurar o controlo de alcoolemia, nos termos do Regulamento Municipal;

j) Realizar ações de promoção da saúde, nomeadamente informações aos trabalhadores e apoio na aplicação do regulamento do álcool e outros que venham a ser implementados;

k) Elaborar relatórios médicos para efeitos de aposentação por incapacidade e reabertura de processos relativos a acidentes de trabalho;

l) Garantir visitas aos postos de trabalho, por parte do médico;

m) Manter atualizados os registos de avaliação de riscos profissionais, dos acidentes de trabalho e respetivos relatórios e as situações de baixa por doença profissional e acidente de trabalho, bem como as medidas propostas e as recomendações formuladas.

5.3 Exames médicos

5.3.1 Protocolos de exames

Os exames periódicos a realizar aos trabalhadores da CMF devem ter em conta os seguintes protocolos específicos:

QUADRO RESUMO DE TODOS OS PROTOCOLOS

Exame a efetuar	Valor unitário	Destinatários
Clínico		Trabalhadores com protocolo A, B e C
Avaliação de enfermagem:		Todos os trabalhadores
Medição de tensão arterial e pulso		
Indicação de altura		
Aferição de peso		
Cálculo de IMC		
Perímetro torácico		
Perímetro abdominal		
Vacinação anti-têtanica[1]		
Análises de sangue / urina:		Todos os trabalhadores[2]
Hemograma		
VS		
Ureia		
Glicemia		
GGT		
Colesterol Total		
Colesterol HDL		

Triglicéridos		
Urina II		
Pesquisa de etanol		Análises destinadas à categoria de agentes da polícia municipal.[3]
Pesquisa de opiáceos		
Pesquisa de carabinóides		
Pesquisa de cocaína		
Pesquisa de anfetaminas		
Pesquisa de benzodiazepinas		
Exames complementares diagnóstico:		Todos os trabalhadores
Eletrocardiograma		
Rastreio visual		
Rastreio auditivo		Algumas categorias profissionais
Espirometria		
Avaliação psicológica		Polícia Municipal ou outras categorias a pedido do médico do trabalho.

[1] As vacinas de tétano são disponibilizadas pelo Centro de Saúde de Fafe, pelo que apenas deve ser contemplada a sua administração.

[2] São aceites análises do trabalhador que respeitem os itens solicitados e datadas com menos de 6 meses.

[3] O resultado destas análises deve constar no relatório emitido por laboratório credenciado, juntamente com as restantes análises.

5.2.1.1 Protocolos de exames A

Clínico	**2022**	**2023**	**2024**
Avaliação de enfermagem □Medição de tensão alterial e pulso; □Indicação de altura; □Aferição de peso; □Cálculo de IMC; □Perímetro torácico; □Perímetro abdominal; □Vacinação anti-tetânica (caso necessário).			
Análises de sangue / urina:			

□Hemograma; □VS; □Ureia; □Glicémia; □GGT; □Colesterol Total; □Colesterol HDL; □Triglicéridos; □Urina II			
ECG			
Rastreio visual			
Totais	**320**	**348**	**321**

5.2.1.2 Protocolos de exames B

Clínico	**2022**	**2023**	**2024**
Avaliação de enfermagem □Medição de tensão alterial e pulso; □Indicação de altura; □Aferição de peso; □Cálculo de IMC; □Perímetro torácico; □Perímetro abdominal; □Vacinação anti-tetânica (caso necessário).			
Análises de sangue / urina: □Hemograma; □VS; □Ureia; □Glicémia; □GGT; □Colesterol Total; □Colesterol HDL; □Triglicéridos; □Urina II			
ECG			

Rastreio visual			
Rastreio auditivo			
Espirometria			
Totais	**31**	**38**	**31**

5.2.1.3 Protocolos de exames C

Clínico	**2022**	**2023**	**2024**
Avaliação de enfermagem: Medição de tensão arterial e pulso Indicação de Altura Aferição de peso Cálculo de IMC Perímetro torácico Perímetro Abdominal Vacinação anti-tetânica (caso necessário)			
Análises de sangue / urina: Hemograma VS Ureia Glicémia CGT Colesterol Total Colesterol HDL Triglicéridos Urina II			
ECG			
Rastreio Visual			
Avaliação psicológica			
Pesquisa de álcool/ estupefacientes			
Etanol Opiáceos Canabinóides Cocaína Anfetaminas			

Benzodiazepinas			
Totais	**12**	**20**	**12**

5.2.2 Ficha Clínica

A ficha clínica está sujeita ao regime de segredo profissional, e a ela apenas têm acesso o médico e o enfermeiro do trabalho, as autoridades de saúde e os médicos com competência inspetiva do ministério responsável pela área laboral. Esta ficha é propriedade da CMF, permanecendo nas instalações da CMF, em condições adequadas à sua natureza sigilosa, e dela apenas será tirada cópia para entrega ao respetivo trabalhador, a seu pedido, quando o mesmo deixar de prestar serviço.

5.2.3 Ficha de Aptidão

A empresa adjudicatária obriga-se, nos termos da legislação referida no ponto2, a emitir ficha de aptidão de cada trabalhador da CMF, a preencher pelo médico do trabalho face aos resultados dos exames médicos, mas sem possibilidade de menção de elementos que envolvam segredo profissional.

5.4 Exames complementares de diagnóstico

Consideram-se incluídos na prestação de serviços em referência a realização de análises clínicas, sendo que as mesmas deverão ser entregues à Divisão de Recursos Humanos, no prazo de 48 horas. Ficará a cargo da empresa adjudicatária todo o material necessário à realização das análises (seringas, agulhas, contentores, álcool, algodão…).

Todos os outros exames complementares de diagnóstico (ECG, rastreio visual e auditivo e espirometria), serão realizados por enfermeiro da empresa adjudicatária com recurso a equipamentos próprios.

Os trabalhadores poderão facultar exames complementares de diagnóstico que possuam 8análises, ECG…) desde que datem de menos de 6 meses.

Os exames complementares de diagnóstico, incluindo as análises clínicas, serão realizadas nas instalações da CMF.

5.5 Outras atividades

Deverão ainda ser realizadas as seguintes atividades:

a) Registo clínico informático, através de plataforma online;

b) Emissão de relatórios estatísticos online sobre as consultas realizadas e ocorrência de faltas;

c) Recolha, organização, análise e comunicação dos elementos estatísticos relativos à saúde e segurança do trabalho, incluindo: demografia e estado de saúde da população trabalhadora, organização de trabalho,

acidentes de trabalho e doenças profissionais, avaliação dos riscos profissionais e prestação de cuidados de saúde aos trabalhadores, entre outros.

d) Promoção da saúde no local de trabalho, mediante a realização de atividades que favoreçam as práticas de trabalho e estilos de vida saudáveis e seguros, bem como informação aos trabalhadores sobre os riscos para a Segurança e Saúde do Trabalho e respetivas medidas de proteção e prevenção;

e) indicação de medidas, propostas e recomendações corretivas relativas a situações críticas para a saúde dos trabalhadores;

f) Indicação, quando aplicável, da vigilância específica de grupo de trabalhadores mais vulneráveis;

g) Fornecimento de dados estatísticos no âmbito da execução do contrato e da prestação do serviço.

6. MEIOS DE EXECUÇÃO

6.1 Instalações

Os serviços de medicina do trabalho a que se referem estas Especificações Técnicas serão prestados nas instalações da CMF, Oficinas Municipais, Sede dos agrupamentos de escolas de Fafe e outros a especificar pela entidade adjudicante.

6.2 Meios humanos

A empresa adjudicatária obriga-se a afetar aos serviços a prestar á CMF todos os meios humanos adequados às tarefas a realizar.

A empresa adjudicatária designará um médico de trabalho como responsável técnico do serviço a desenvolver, sendo, como tal, o interlocutor técnico da empresa para com a CMF, sendo que **a equipa de médico e enfermeiro proposta deverá ser mantida durante toda a vigência do contrato.**

6.3 Deslocações

São da conta da empresa adjudicatária as deslocações entre a sua sede e as instalações onde prestarão os serviços de medicina do trabalho.

6.4 Períodos de atividade

O adjudicatário tem de prestar um serviço de 31 horas mensais, compreendido da seguinte forma: das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30 nas instalações da CMF e Sede dos Agrupamentos das Escolas de Fafe, das 07h30 às 13h30 nas oficinas municipais. Para além dos exames médicos, têm de estar também garantidas, dentro da referida carga horária, a realização das obrigações previstas no ponto 5.

6.5 Prazos

A empresa adjudicatária dará início ao processo de exames 5 dias após comunicação da CMF. O processo decorrerá entre o início do ano de 2022 e o final de 2024.

7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Antes do início da realização dos exames, será efetuada reunião entre os técnicos da empresa adjudicatária e os técnicos da CMF para aferir os procedimentos logísticos inerentes à gestão dos processos de medicina do trabalho, a calendarização da sua realização, bem como a marcação das respetivas reuniões mensais, referidas no ponto 65.

A não credenciação da empresa adjudicatária ou a sua descredenciação no prazo de vigência do contrato, será motivo para a rescisão do contrato sem direito a qualquer indemnização da CMF para com a empresa adjudicatária.

Nos casos omissos no Caderno de Encargos serão aplicadas as normas legais e convencionais, designadamente os diplomas mencionados no ponto 2.

8. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

As propostas deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Valor global da prestação de serviços;
- Preço unitário por exame de acordo com o quadro apresentado em 5.3.1;
- Indicação dos meios humanos a afetar à prestação de serviços, incluindo os currículos dos técnicos,
- Indicação dos meios técnicos e logísticos a utilizar, incluindo os laboratórios para a realização dos exames complementares de diagnóstico;
- Cópia da credenciação da empresa junto da ACT/DGS para o exercício das recetividades previstas;
- Listagem dos principais trabalhos similares executados nos últimos 2 anos e respetivos montantes;
- Cópia das apólices de seguros de responsabilidade civil da empresa e de acidentes de trabalho dos técnicos;
- Declaração de responsabilidade relativa a eventuais acidentes e/ou lesões provocadas em trabalho na CMF no âmbito da prestação de serviços;
- Condições de pagamento;
- Outros elementos relevantes para a apreciação de propostas.

Meios para assegurar a prestação de serviços

Os serviços objetos do presente procedimento terão a duração de 31 horas mensais, prestadas 2 vezes por semana.

Forma de prestação do serviço

Os serviços de medicina do trabalho serão executados nas instalações da CMF, Oficinas Municipais, Sede dos agrupamentos de escolas de Fafe e outros., de acordo com o horário indicado no ponto 6.4.

9. FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O prestador de serviços obriga-se a dar início ao processo de exames 5 dias após comunicação da Câmara Municipal de Fafe. O processo decorrerá entre o início de 2022 e o fim de 2024.

10. RECEÇÃO DOS ELEMENTOS A PRODUZIR AO ABRIGO DO CONTRATO

10.1Mensalmente, a Câmara Municipal de Fafe verifica o cumprimento das caraterísticas, especificações e requisitos técnicos da proposta adjudicada, bem como os requisitos exigidos na lei.

10.2Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à Câmara Municipal de Fafe toda a coordenação e todos os esclarecimentos necessários.

10.3 No caso de a análise da Câmara Municipal de Fafe não comprovar a conformidade dos elementos prestados com as exigências legais ou no caso de existirem discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos, a Câmara Municipal de Fafe deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

O Presidente da Câmara ,

Antero da Silva Oliveira Barbosa Fernandes

Assinado de forma digital por Antero da Silva Oliveira Barbosa Fernandes
Dados: 2021.12.07 21:00:54 Z